



Governo do Distrito Federal
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Diretoria Presidencial
Diretoria de Administração e Logística

Despacho – IGESDF/DP/DALOG

Brasília, 06 de junho de 2024.

À Assessoria Jurídica,
À Coordenação Jurídica de Acompanhamento de Diligências dos Órgãos de Controle,

Assunto: Ofício nº 3929/2024-GP TCDF ref. Despacho Singular nº 155/2024-GCAC, proferido pelo(a) no Processo nº 00600-00005895/2024-86-e.

1. Versam os autos acerca do Ofício nº 3929/2024-GP (SEI nº 142265150), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha o Despacho Singular nº 155/2024-GCAC (SEI nº 142265143), proferido pelo(a) no Processo nº 00600-00005895/2024-86-e, quando apreciou a Representação, com pedido de tutela liminar, ofertada pelo Deputado Distrital Gabriel Magno Pereira Cruz (SEI nº 142265140), contra atos praticados pela Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, em razão de supostos ilícitos na prestação serviços privados de ambulância.
2. Em resposta aos questionamentos do Tribunal de Contas, o Núcleo de Contratos de Serviços, por meio do Despacho IGESDF/SALOG/GGADM/GCONT/NUCSE (SEI nº 142320505), apresenta a seguinte manifestação:

Quanto ao **item 1**, este Núcleo de Contratos de Serviços - NUCSE destaca que os contratos deste IGESDF seguem os termos e condições do *"Estudo de Viabilidade Técnica: documento elaborado pela área demandante, contendo a análise se o objeto é viável, levando em consideração os custos, os riscos e as vantagens da compra ou da contratação"*, bem como do *"Elemento Técnico: documento preliminar contendo a definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, e o detalhamento das condições a serem exigidas para a compra ou contratação"*, conforme exposto no REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES IGESDF, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 181, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2022.

Destarte, quanto ao motivo da alteração da redação da Cláusula Sétima do Contrato n.º 060/2022, em comparação à Cláusula Nona do anterior Contrato n.º 076/2021, suprimindo-se hipóteses de fiscalização (Contrato n.º 076/2021, Cláusula Nona, Paragrafo Primeiro, incisos I, VIII, IX e X), sugere-se encaminhamento ao setor técnico competente, para que esclareça tal questão tendo em vista que se trata de questão trazida desde o elemento técnico da contratação, elaborado à época pelo Núcleo de Transporte da Gerência Operacional deste IGESDF.

Não obstante a sobredita recomendação, verifica-se que o CONTRATO Nº 060/2022 (84068539), contido no âmbito do Processo SEI nº 04016-00050943/2021-06, possui termos e cláusulas os quais impõem o cumprimento do objeto contratual, a fiscalização da execução do ajuste por este Instituto, bem como a previsão de penalidades em caso de descumprimentos contratuais.

Cumprе salientar, por oportuno, que este Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal obedece a normativos internos, possuindo resolução específica destinadas à gestão e fiscalização dos instrumentos formalizados, qual seja, a Resolução da Diretoria Executiva nº 033/2022.

Ademais, em relação ao **item 2**, este NUCSE informa que existe o Processo SEI nº 04016-00068701/2022-41, dedicado à fiscalização dos Contratos nºs 060/2022 e 063/2022, ambos celebrados com a Empresa SISTEMA DE EMERGÊNCIA MOVEL DE BRASÍLIA LTDA., como forma de centralizar toda e qualquer intercorrência quando do cumprimento desses contratos. Assim, os fiscais do contrato informam os possíveis descumprimentos e, por conseguinte, este NUCSE procede com a apuração dos fatos, notificando a referida empresa, oportunidade em que a contratada tem de enviar sua defesa à notificação. Em sequência, os autos são encaminhados à análise da área técnica, para, ao final, serem direcionados à Gerência de Execução de Penalidades, para que analise a demanda e proceda à devida penalidade, quando for o caso.

Nessa seara, conforme falado anteriormente, os atos devem seguir as diretrizes impostas pela supracitada Resolução da Diretoria Executiva nº 033/2022, que disciplina as atividades de gestão e de fiscalização da execução contratual no âmbito do IGESDF.

Quanto aos **itens 3 e 4**, informa-se que este NUCSE não tem ciência quanto à existência acerca do plano de urgência para atendimento da demanda de transporte de pacientes no Distrito Federal em face de possível insuficiência atual da quantidade de viaturas disponíveis; e da sala de situação para planejamento e controle da utilização das ambulâncias e quais são os critérios para distribuição, ou se existe um sistema de tecnologia que sirva à gestão dessa regulação, razão pela qual sugere-se encaminhamento dos autos ao setor técnico competente.

3. Diante do exposto e das providências apropriadas já tomadas, esta Diretoria retorna o processo à Coordenação Jurídica para ciência e adoção das medidas cabíveis, com a celeridade que o caso requer.

Atenciosamente,



ANTONIO CARLOS GARCIA MARTINS CHAVES

Diretor de Administração e Logística
IGESDF/DP/DALOG



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS GARCIA MARTINS CHAVES - Matr.0001511-9, Diretor(a) de Administração e Logística**, em 06/06/2024, às 17:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=142799570)
verificador= **142799570** código CRC= **45600DD0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Bairro Asa Sul - CEP 70335900 - DF
Telefone(s):
Site - igesdf.org.br